



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Registro: 2019.0000797003**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1034080-71.2017.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que é apelante RENE RODRIGUES JARRA (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS e IZABEL FERNANDES FLORES AMARAL.

**ACORDAM**, em 26ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores FELIPE FERREIRA (Presidente), ANTONIO NASCIMENTO E BONILHA FILHO.

São Paulo, 26 de setembro de 2019.

**FELIPE FERREIRA**  
**RELATOR**  
Assinatura Eletrônica



**Apelação Cível Nº 1034080-71.2017.8.26.0100  
(Processo Digital)**

Comarca: São Paulo – 39ª Vara Cível

Apte. : Rene Rodrigues Jarra

Apdas : Izabel Fernandes Flores Amaral; Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

Juíza de 1º grau: Juliana Pitelli da Guia

Distribuído(a) ao Relator Des. Felipe Ferreira em: 19/08/2019

**VOTO Nº 44.892**

EMENTA: ACIDENTE DE TRÂNSITO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS, MORAIS E ESTÉTICOS. 1. Se a sentença está suficientemente motivada, de rigor a adoção integral dos fundamentos nela deduzidos. Inteligência do art. 252 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça. 2. Se o autor não faz prova boa e cabal do fato constitutivo do seu direito a ação improcede. Inteligência do art. 373, I, do CPC. Sentença mantida. Recurso desprovido.

Trata-se de recurso de apelação contra respeitável sentença de fls. 500/504 que julgou improcedentes os pedidos formulados, nos termos do artigo 487, I, do CPC, condenando o demandante ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% do valor atribuído à causa, observada a condição de beneficiário da gratuidade processual.

Interpostos embargos de declaração pelo autor (fls. 506/507), foram estes rejeitados pela decisão de fls. 509/510.

Pleiteia o apelante a reforma do julgado alegando, preliminarmente, a ocorrência de cerceamento de defesa em razão do indeferimento da prova pericial que considera imprescindível ao deslinde da causa. Afirma, ainda, que restou evidenciada a culpa da ré pelo atropelamento, bem como as gravíssimas consequências decorrentes do sinistro. Insiste na presunção de veracidade das informações contidas no Boletim de Ocorrência lavrado pela Policial



**Apelação Cível Nº 1034080-71.2017.8.26.0100  
(Processo Digital)**

Militar que indica a existência de faixa de pedestres no local dos fatos. Aduz que a responsabilidade da apelada está clara, pois o infortúnio se deu quando a vítima tentava acessar à Rua Engenheiro Edgar Egídio de Souza, ou seja, quando transitava pela área de proteção. Pugna pela procedência dos pedidos formulados, com a condenação da demandada ao pagamento das indenizações.

Apresentadas as respectivas contrarrazões, subiram os autos a esta Corte de Justiça.

**É o relatório.**

De início, saliento que a alegação de cerceamento de defesa em razão da necessidade de produção de prova pericial para apurar as lesões sofridas pelo autor será analisada em conjunto com o mérito da causa.

Feita esta observação, o recurso não merece prosperar, devendo subsistir a r. sentença, que com total acerto, bem observou que:

*“1. Como já estabelecido em fase de saneamento, a essencial controvérsia entre as partes versa sobre a existência de responsabilidade da ré quanto ao acidente que vitimou o autor, resultando nas alegadas lesões e invalidez. Das alegações das partes e das provas colhidas em juízo, extrai-se que se imputam, reciprocamente, a culpa. Em que pesem as alegações do autor, entendo que sua pretensão é improcedente, pois não demonstrada seguramente a culpa da ré pelo ocorrido.*

*2. A precisa dinâmica dos fatos não restou comprovada de forma contundente. O próprio local da colisão não foi esclarecido, vez que o autor aduz ter sido atingido quando atravessava sobre a faixa de pedestres - fato que, se demonstrado, implicaria maior gravidade da conduta do motorista, no caso, a ré - porém, de sua própria narrativa se extrai divergências neste sentido. Alegou que havia*



**Apelação Cível Nº 1034080-71.2017.8.26.0100  
(Processo Digital)**

*estacionado seu veículo na rua em questão (Engenheiro Edgar Egídio de Souza), do lado oposto da rua em que localizado o Hospital Samaritano, motivo pelo qual atravessava e que o carro estava após a faixa de pedestres, mais abaixo, para onde se dirigia, indicando que caminhava em linha diagonal.*

*3. Isso porque a fotografia de fls. 25 demonstra que a faixa de pedestres se localiza exatamente na curva da esquina, em linha reta, bem como que, por se tratar de esquina, apenas alguns metros após a faixa de pedestres é que se viabiliza estacionar veículos (como o do autor). A ré narrou que fazia a conversão à esquerda e foi surpreendida pelo autor, após passar pela faixa de pedestres, sendo que ele iniciou a travessia da rua saindo do meio de carros estacionados, portanto, fora da faixa de pedestres. O local em que o veículo da ré foi amassado (lado direito dianteiro, do passageiro) indica que, de fato, o autor estava em início da travessia e não no meio dela, em local visível, como ele afirma.*

*4. Além disso, o autor alega que, com a colisão, foi arremessado metros distante de onde estava (entenda-se, segundo ele, na faixa), porém, não há qualquer prova, sequer indício, de que a ré conduzia seu veículo em alta velocidade, acima da permitida em vias como a mencionada, situação que justificaria o arremesso do pedestre para tão longe. A ré vinha da via transversal, R. Conselheiro Brotero, após sair da Av. Higienópolis, em local e horário que as regras da experiência apontam serem incompatíveis com a condução em alta velocidade, nos moldes em que alegado pelo autor, até porque, as partes não divergem a respeito da circunstância de havia tráfego intenso (congestionamento) no local (fls. 21/22).*

*5. Em suma, não há provas contundentes da culpa da ré, elemento essencial para se reconhecer o dever de indenizar por responsabilidade civil. Diante disso, uma vez que não comprovada de maneira suficiente a existência da culpa da ré no acidente, ônus esse que, nos termos do artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil, recai sobre o autor. Portanto, imperioso a improcedência da presente demanda. Consigne-se, nos termos do artigo 489, §1º, IV do Código de*



**Apelação Cível Nº 1034080-71.2017.8.26.0100  
(Processo Digital)**

*Processo Civil, que as demais teses veiculadas pelas partes são incompatíveis com a fundamentação supra e inaptas a alterar a decisão ora proferida.” (fls. 501/502)*

E nos termos do art. 252 do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal de Justiça, ***“nos recursos em geral, o relator poderá limitar-se a ratificar os fundamentos da decisão recorrida, quando, suficientemente motivada, houver de mantê-la, apreciando, se houver, os demais argumentos recursais capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada no julgamento.”***

Desta forma, pelas alegações tecidas no recurso de apelação, que apenas reiteram as questões claramente analisadas pelo magistrado de 1ª instância, é de se adotar integralmente os fundamentos contidos na sentença.

Nesse sentido, o seguinte julgado do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

***“A viabilidade de o órgão julgador adotar ou ratificar o juízo de valor firmado na sentença, inclusive transcrevendo-o no acórdão, sem que tal medida encerre omissão ou ausência de fundamentação no decisum.” (REsp nº 662.272-RS, 2ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, j. 4.9.2007). (No mesmo sentido: REsp. nº 641.963-ES; REsp. nº 592.092-AL; REsp. nº 265.534-DF).***

Vejam-se também os julgados desta Corte de Justiça:

***“A r. sentença combatida deve ser confirmada pelos seus próprios fundamentos, aqui expressamente adotados como razão de decidir, nos termos do art. 252 do Regimento Interno deste E. Tribunal, verbis: 'Nos recursos em geral, o relator poderá limitar-se a ratificar os fundamentos da decisão recorrida, quando,***



**Apelação Cível Nº 1034080-71.2017.8.26.0100  
(Processo Digital)**

***suficientemente motivada, houver de mantê-la'. Nesta Seção de Direito Privado, o dispositivo regimental tem sido largamente utilizado por suas Câmaras, seja para evitar inútil repetição, seja para cumprir o princípio constitucional da razoável duração do processo.” (Ap. nº 990.10.310915-5, Rel. Des. Renato Sartorelli, 26ª Câ., j. 14/10/2010).***

***“Apelação – Reiteração dos termos da sentença pelo relator – Admissibilidade – Adequada fundamentação – Precedente jurisprudencial – Incidência do artigo 252 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – Improvimento.” (Ap. nº 992.07.020734-7, Rel. Des. Vianna Cotrim, 26ª Câ., j. 29/09/2010).***

Ora, da análise atenta dos autos não restou demonstrada a culpa da ré pelo acidente.

Isto porque não se vislumbra a culpa da motorista pelo atropelamento. A anotação da existência de faixa de pedestre no local não é suficiente, por si só, para responsabilizar a apelada, na medida em que, como bem observou a juíza sentenciante não se foi possível precisar o local do evento.

Dessa forma, temos que a autora não logrou produzir prova que respaldasse o seu direito à reparação de danos, não tendo, pois se desincumbido de seu ônus probatório (CPC, art. 373, I).

Sobre o tema, preleciona VICENTE GRECO FILHO ("Direito Processual Civil Brasileiro, 2º vol., 11ª edição, Ed. Saraiva, p. 204) que:

***"O autor, na inicial, afirma certos fatos porque deles pretende determinada consequência de direito; esses são os fatos constitutivos que lhe incumbe provar sob pena de perder a demanda."***

***"A dúvida ou insuficiência de prova quanto a fato***



**Apelação Cível Nº 1034080-71.2017.8.26.0100  
(Processo Digital)**

***constitutivo milita contra o autor."***

***"O juiz julgará o pedido improcedente se o autor não  
provar suficientemente o fato constitutivo de seu  
direito."***

Este é o caso dos autos, pois, se a autora não faz prova boa e cabal do fato constitutivo do seu direito a ação improcede, conforme dispõe o artigo 373, I, do Código de Processo Civil.

Em suma, sem qualquer razão o pedido de reforma da sentença formulado pela apelante.

Por fim, apenas para que não se alegue omissão no presente julgamento, desnecessária a dilação probatória pretendida, uma vez que limitada a averiguação das lesões sofridas pelo demandante, e este não comprovou ser a ré a causadora do acidente.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso, com majoração da verba honorária devida pelo autor para 15% do valor atribuído à causa, observada a condição de beneficiário da gratuidade processual.

**FELIPE FERREIRA**

**Relator**

Assinatura Eletrônica